



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000363218

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0007593-24.2022.8.26.0127, da Comarca de Carapicuíba, em que é apelante RAFAEL SANTOS AMORIM, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente) E ZORZI ROCHA.

São Paulo, 11 de abril de 2025.

MARCOS CORREA
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Apelação Criminal nº 0007593-24.2022.8.26.0127

Apelante: Rafael Santos Amorim

Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Corré: Sandra Cristina Santos Amorim

Comarca: Carapicuíba

Voto nº 25.229

EXTORSÃO QUALIFICADA E USURA – Materialidade e autoria bem comprovadas. Sentença mantida. PENAS. Bem dosadas e justificadas, não comportando modificação. Regime semiaberto mantido. Recurso desprovido.

Ao relatório da r. sentença de fls. 180/185, acrescenta-se que a MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Carapicuíba, Dra. Camile de Lima e Silva Bonilha, julgou procedente a ação penal para condenar **RAFAEL SANTOS AMORIM** à pena de 06 meses e 22 dias de detenção, em regime semiaberto, além do pagamento de 11 dias-multa, no valor unitário mínimo legal, por infração ao artigo 4º, inciso “a”, da Lei nº 1.521/51, e à pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 13 dias-multa, no valor unitário mínimo legal, por infração ao disposto no artigo 158, § 1º, do Código Penal, em concurso material; e para condenar **SANDRA CRISTINA SANTOS AMORIM (CRISTINA SANDRA SANTOS AMORIM)** à pena de 07 meses de detenção, em regime aberto, além do pagamento de 12 dias-multa, no valor unitário mínimo legal, por infração ao artigo 4º, inciso “a”, da Lei nº 1.521/51.

Inconformado, o réu **RAFAEL** recorre pleiteando a absolvição alegando insuficiência probatória e, subsidiariamente, a

fixação da pena base no mínimo legal e o abrandamento do regime prisional para o aberto (fls. 203/213).

A r. sentença transitou em julgado para a corré CRISTINA SANDRA em 13/02/2025 (fl. 217).

Contrariado o recurso (fls. 220/233), a Douta Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo desprovimento do apelo (fls. 264/267).

É o relatório.

Consta da denúncia que, por diversas vezes, no período de janeiro de 2019 até maio de 2022, na cidade de Carapicuíba, RAFAEL SANTOS AMORIM, previamente ajustado e em unidade de desígnios com CRISTINA SANDRA SANTOS AMORIM cobrou juros superiores à taxa permitida por lei sobre dívida em dinheiro contraída por Geraldo Luiz de Souza.

Consta, também, que em data incerta, porém entre abril a setembro de 2021, naquela cidade, RAFAEL SANTOS AMORIM, previamente ajustado e em unidade de desígnios com indivíduos ainda não identificados, constrangeu Geraldo Luiz de Souza, mediante grave ameaça, a entregar-lhe 01 (um) televisor, 01 (um) videogame Playstation, além de 01 (um) veículo Citroen/C3, avaliado em R\$12.000,00 (doze mil reais).

Segundo se apurou, os réus emprestaram ao ofendido a

quantia de R\$4.000,00 (quatro mil reais), a qual foi entregue em espécie. Acordou-se que o pagamento do débito ocorreria em parcelas mensais, que seriam depositadas nas contas de RAFAEL e CRISTINA.

Geraldo, então, após dado interstício, adimpliu a dívida contraída, porém os indigitados continuaram cobrando de modo exaustivo, aduzindo que havia a necessidade de pagar juros no importe de R\$8.000,00 (oito mil reais).

A vítima, então, temerosa, diante das ameaças que recebia, decidiu pagar o que lhe fora injustamente cobrado e passou a pagar parcelas mensais até que, em abril de 2021, não suportou arcar com esse ônus.

RAFAEL, então, acompanhado de seus assecclas desconhecidos, dirigiu-se até a residência de Geraldo, e mediante grave ameaça em desfavor da vítima e familiares, exigiu que ela lhes entregasse sua televisão, videogame e carro.

Ocorreu que, mesmo com a extorsão em testilha, a dupla continuou a exigir o pagamento de mais parcelas, mencionando que havia ainda mais juros a serem pagos.

A vítima decidiu procurar auxílio, delatando os réus.

A materialidade restou comprovada pelos boletins de ocorrência (fls. 05/06 e 07/08), *prints* das mensagens de cobrança (fls. 09/11), transcrição de áudios (fls. 12/14), do contrato de compra e venda

do veículo (fls. 64/67), *link* dos áudios de ameaça (fl. 86), comprovantes da transferência de valores (fls. 148/153) e pela prova oral.

A autoria, do mesmo modo, é incontroversa.

O réu Rafael, na fase policial, afirmou ser proprietário da linha telefônica a ele imputada, bem como de uma conta junto a instituição financeira "NuBank Pagamentos". Disse que conheceu a vítima por meio de sua genitora. Relatou que sua mãe emprestou a quantia de R\$7.000,00 à vítima e a orientou a dizer que o dinheiro advinha de um agiota. Contou que ficou combinado que a vítima pagaria doze parcelas no valor de quinhentos reais, mas se recorda da vítima ter efetuado o pagamento de apenas duas parcelas de quinhentos reais e duas de duzentos reais, depositando em uma conta corrente do banco "Inter". Confirmou ter enviado mensagens para a vítima com o intuito de que ele pagasse rápido, pois já estava em atraso. Disse que a vítima entregou-lhe o veículo, pelo valor de R\$16.000,00, como forma de quitar o débito. Porém, ao arrumar um comprador, verificou que o veículo possuía nove mil reais de débitos, sendo a venda efetivada pelo valor de R\$2.500,00. Acrescentou que, mesmo com a entrega do carro, a vítima ainda devia o valor de R\$3.200,00 a sua genitora, sendo cobrados juros, pois estes também eram cobrados de sua mãe em decorrência do empréstimo. Por fim, negou ser agiota.

Em juízo, disse que a vítima tem mais de 20 anos de amizade com sua mãe. Ele perguntou a sua mãe se ela conhecia agiota. Sua mãe é aposentada e pediu dinheiro a ela, por estar com problemas de

saúde. Sua mãe fez empréstimo para entregar a ele. Ele se propôs a pagar os juros do banco. Isso que foi combinado, mas ele parou de pagar e passou a cobrar ele na paz e depois foi na casa dele. Toda semana ele ficava com “desculpinha”. De fato, ameaçou ele de agressão acaso ele não pagasse. Sobre o carro dele, ele ofereceu o bem, para abater a dívida e por isso pegou o veículo dele, para vender e devolver o valor que ficasse a maior. Assim, vendeu o carro, mas não sobrou nada para devolver ao ofendido, porque este estava cheio de dívidas.

A corré Cristina relatou que conhece a vítima há alguns anos, tendo-lhe emprestado cinco mil reais. Afirmou que pediu a seu filho, Rafael, que dissesse à vítima que o dinheiro era oriundo de um agiota, pois, por serem amigos, tinha receio de que ele não pagasse o valor devido. Esclareceu que a forma de pagamento e a cobrança dos valores ficou a cargo de seu filho, pois não queria figurar como responsável pelo empréstimo. Contou que, no começo, a vítima efetuou o pagamento correto, mas, com o tempo, deixou de pagar e reclamava de problemas financeiros. Narrou que a vítima pediu-lhe mais dois mil reais emprestado para quitar os valores gastos com o funeral da genitora dele. Aduziu que não sabe precisar qual foi o valor devolvido pela vítima, mas aconselhou o filho Rafael a cobrar juros. Assim, pelo valor de cinco mil reais deveria devolver seis mil reais, e pelo valor de dois mil reais emprestados, deveria restituir dois mil e quinhentos reais. Disse que aconselhou a vítima a vender o carro para quitar a dívida, tendo a vítima pedido ajuda para Rafael, a fim de encontrar um comprador. Acrescentou que o veículo possuía vários débitos e, por essa razão, vendeu por dois mil e quinhentos reais, faltando, ainda, a vítima pagar-

lhe cinco mil reais da dívida. Por fim, afirmou que deve seis mil reais à instituição bancária pelos juros não devolvidos.

De outro lado, a vítima Geraldo, em juízo, disse que Cristina era sua amiga e Rafael o filho dela. Ela emprestou dinheiro e depois disse que era do PCC, passou a ser ameaçado, ele foi várias vezes em casa. Pegou 4 mil reais dela, que foram pagos. Seu carro Peugeot, televisão, videogame foram levados. Foi ameaçado na frente dos filhos. Tem áudios das ameaças. Pegou quatro mil reais emprestados da Cristina. Rafael sempre atemorizava, com outras pessoas. Cristina iria cobrar 800 reais de juros. A dívida nunca tinha fim. As ameaças continuaram mesmo depois que fez o boletim de ocorrência. Disse que a situação perdurou por cerca de um ano. Tem muito medo até hoje. Não sabe dizer se ela emprestava dinheiro para outras pessoas. Aduziu que quem efetuava as ameaças era o filho da Cristina. Era conhecido, colega da Cristina. O filho da Cristina geralmente buscava o dinheiro em sua casa e em outras realizava os depósitos.

A jurisprudência tem conferido grande valor probante à palavra da vítima, sempre que coerente e não desmentida pelos demais elementos produzidos nos autos. E assim deve ser, porque crimes contra o patrimônio são normalmente cometidos às escondidas, sem testemunhas. Sempre que não se vislumbrem motivos que possam levar a vítima à acusação falsa, o seu depoimento deve ser levado em linha de conta.

(...) Ademais, é sempre bom lembrar que a palavra da

vítima em crimes contra o patrimônio, praticados em sua maioria na clandestinidade, reveste-se de grande valia na reconstituição dos fatos, não havendo nos autos qualquer indício a justificar, por parte dela, uma falsa inculpação por delito tão grave. (STJ – HC 289352 - Min. Jorge Mussi – data da publicação – 22/10/2014).

Na hipótese, as ameaças narradas pela vítima foram comprovadas pelos *prints* das mensagens enviadas pelo réu de fls. 09/13, bem como pelos áudios enviados ao ofendido, conforme consta no *link* de fls. 86, cuja transcrição foi reproduzida na sentença a fl. 182/183: *"Isso aqui não é Casas Bahia não, viu, vou falar logo a real pra você, não é Casas Bahia não. Se passar dessa semana não vou segurar mais ninguém não. Vou deixar bater ai e você se vira com eles aí, tá bom? Vou falar pra você, tô querendo ir atrás dos seus filhos para conversar com seus filhos sobre isso seu ai. Eles não querem saber mais não, tá achando que é parcela de casas Bahia isso aqui, tá bagunçado. Você comprou o que parcelados com eles aqui, que eu não tô sabendo?"*.

Tem-se, assim, que a prova amealhada é firme e conclusiva no sentido de demonstrar a procedência da acusação, não havendo se falar, portanto, em absolvição por insuficiência de provas.

Como se viu, o réu Rafael constrangeu a vítima, mediante grave ameaça, para obtenção de vantagem econômica indevida, obrigando Geraldo a lhe entregar um televisor, um videogame Playstation e um veículo Citroen C3, bens avaliados em mais de R\$12.000,00, a título de juros sobre o valor emprestado à vítima,

conforme demonstram as provas dos autos.

A extorsão, portanto, restou configurada, uma vez que ocorre com o constrangimento à vítima para que faça, deixe de fazer ou tolere que seja feito algo a que não está obrigada, visando o agente a obtenção, para si ou para outrem, de indevida vantagem econômica.

Do mesmo modo, comprovada a prática do delito de usura, porquanto os réus admitiram que emprestaram dinheiro ao ofendido, porém, mediante a cobrança abusiva de juros, muito acima do valor da dívida, conforme demonstram os *prints* das mensagens enviadas ao ofendido por Rafael (fls. 51/63):

“se tá de brincadeira cara 5 mil aonde vai; você tem que me mandar é 8 mil rapaz não estou cobrando nem meu carro que pedir por sua conta rapaz; se vira manda os 300 hoje é já certo e se vão na sua família aí trocar um papão”;

“5 mil mais 3500 que é a multa a do mês passado e desse mês vê o valor pra mim; dia primeiro agora vc tem que me mandar 2500 e aí esses dos dois e meio o outro não são o mesmo e aí como vai ser”.

É o que basta para se concluir pela tipicidade das condutas.

Note-se que, por se cuidar de crimes formais, prescinde-se até mesmo da efetiva obtenção da referida vantagem para se consumir, sendo mero exaurimento do delito.

Diante do apurado, a condenação pelos crimes de extorsão e usura foi bem imposta e fica mantida, nos termos do art. 252, do Regimento Interno deste Tribunal.

Vale dizer, o douto sentenciante analisou condizentemente todos os requisitos objetivos e subjetivos, que culminaram no decreto condenatório, o qual, por isso, não merece qualquer modificação.

As penas impostas ao réu Rafael, do mesmo modo, não comportam reparo.

Na primeira fase, sendo desfavoráveis as circunstâncias do crime, as básicas foram majoradas e fixadas em 4 anos e 6 meses de reclusão e 11 dias-multa para o crime de extorsão, e 6 meses e 22 dias de detenção e 11 dias-multa para o delito previsto no art. 4º, "a", da Lei nº 1.521/51.

Na segunda fase, reconhecida a atenuante da confissão para o crime de extorsão, foi reduzida ao patamar mínimo de 04 anos de reclusão e 10 dias-multa. Em seguida, presente a causa de aumento de pena prevista no artigo 158, § 1º, do CP, foram aumentadas de 1/3, resultando definitivas em 05 anos e 04 meses de reclusão e 13 dias-multa.

O aumento exercitado na primeira fase foi bem fundamentado e não merece reparo, pois o d. Magistrado sentenciante considerou para tanto que *as consequências do crime foram gravosas à*

vítima, eis quer perdeu valor significativo na tentativa de pagar o valor cobrado indevidamente, ainda mais ao considerar o período em que se deram os fatos, época em que o mundo passava pela crise da pandemia do COVID19, o que ocasionou prejuízo a diversas famílias, que tiveram dificuldades em obter renda para o sustento diante dos diversos fechamentos de estabelecimentos e paralisações; para fixar a pena-base, o que se mantém, diante dos elementos de prova constantes nos autos.

De se ver que, não basta ser tecnicamente primário para fixação da pena-base no mínimo legal, pois o artigo 59 menciona oito elementos diversos para a aplicação da pena, que deverão ser observados com discricionariedade pelo magistrado, para fundamentar sua decisão.

No ensinamento de Guilherme de Souza Nucci, “é defeso ao magistrado deixar de levar em consideração as oito circunstâncias judiciais existentes no art. 59, *caput*, para fixação da pena-base. Apenas se todas forem favoráveis, tem cabimento a aplicação da pena no mínimo. Não sendo, deve ela situar-se acima da previsão mínima feita pelo legislador.” (Código Penal Comentado, Editora Forense, 15ª Edição, 2015, p. 443)

No mais, como já decidido “*A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena. Cabe às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixar as penas. Às Cortes Superiores, no exame da dosimetria das penas em grau recursal, compete apenas o*

controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, com a correção de eventuais discrepâncias, se gritantes e arbitrárias, nas frações de aumento ou diminuição adotadas pelas instâncias anteriores.” (STF, HC 113366, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 12/11/2013, Processo Eletrônico, DJe-240, divulgado em 05-12-2013, publicado em 06-12-2013).

Portanto, não se cogitando aumento tarifado, não vejo ilegalidade na fixação do aumento, que pode traduzir maior rigor do Magistrado, mas jamais ilegalidade.

As penas dos crimes foram corretamente somadas. Isso porque, havendo a prática de duas condutas distintas, deve incidir o concurso material de crimes, ex vi do art. 69 do CP: *"Art. 69 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela."*

No que diz respeito ao regime prisional, nada há a ser alterado.

O regime prisional intermediário estabelecido para o crime, pelo montante das penas, é o conveniente e deve prevalecer, em conformidade com o disposto no artigo 33, § 2º, “b”, do CP.

Aliás, privilegiar-se autor de crime contra o patrimônio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

praticado com grave ameaça à pessoa, concedendo-se-lhe regime carcerário mais brando, é desatender-se às finalidades da pena, que são o juízo de reprovação sobre a conduta e a prevenção do crime.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso mantida a r. sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos.

MARCOS CORREA
RELATOR